



Simulado Final

TJ SE

TÉCNICO JUDICIÁRIO
PÓS-EDITAL – BANCA: FGV

Simulado

Simulado Final - TJ SE (Técnico Judiciário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ SE (Técnico Judiciário);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SE-07-10>

01 - ABCDE	15 - ABCDE	29 - ABCDE	43 - ABCDE	57 - ABCDE
02 - ABCDE	16 - ABCDE	30 - ABCDE	44 - ABCDE	58 - ABCDE
03 - ABCDE	17 - ABCDE	31 - ABCDE	45 - ABCDE	59 - ABCDE
04 - ABCDE	18 - ABCDE	32 - ABCDE	46 - ABCDE	60 - ABCDE
05 - ABCDE	19 - ABCDE	33 - ABCDE	47 - ABCDE	61 - ABCDE
06 - ABCDE	20 - ABCDE	34 - ABCDE	48 - ABCDE	62 - ABCDE
07 - ABCDE	21 - ABCDE	35 - ABCDE	49 - ABCDE	63 - ABCDE
08 - ABCDE	22 - ABCDE	36 - ABCDE	50 - ABCDE	64 - ABCDE
09 - ABCDE	23 - ABCDE	37 - ABCDE	51 - ABCDE	65 - ABCDE
10 - ABCDE	24 - ABCDE	38 - ABCDE	52 - ABCDE	66 - ABCDE
11 - ABCDE	25 - ABCDE	39 - ABCDE	53 - ABCDE	67 - ABCDE
12 - ABCDE	26 - ABCDE	40 - ABCDE	54 - ABCDE	68 - ABCDE
13 - ABCDE	27 - ABCDE	41 - ABCDE	55 - ABCDE	69 - ABCDE
14 - ABCDE	28 - ABCDE	42 - ABCDE	56 - ABCDE	70 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo

01. A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:

- a) Os resultados das últimas ações implicam em crescimento econômico.
- b) As notícias chegaram nas populações mais distantes.
- c) Lembrei o seu aniversário logo pela manhã.
- d) Viajei para informar-lhes de que a situação não mudou.
- e) Seu empenho visava o sucesso.

02. Uma narrativa mostra uma sequência de ações ou acontecimentos; a frase abaixo que mostra uma ação é:

- a) Os políticos queriam a aprovação do novo projeto.
- b) No processo, as mulheres sempre eram as mais tranquilas.
- c) Pensou ter ouvido barulho vindo dos fundos da casa.
- d) O vizinho suspeito apedrejou nosso portão.
- e) Ainda que saudável, permanecia cauteloso.

03. Assinale a alternativa que apresenta estruturas paralelísticas.

- a) Quando encontraram a solução, já era tarde demais.
- b) Para ser promovido é preciso bater a meta e que se tenha dedicação.
- c) Os gerentes elaboraram o projeto e os atendentes o executaram.
- d) As novas diretrizes de funcionamento foram publicadas.
- e) Não havia a intenção de encerramento do processo.

04. Todas as frases abaixo foram passadas para a voz passiva; a frase em que essa passagem foi feita de forma adequada (com respeito à estrutura original) é:

- a) Todos aguardavam ansiosamente a chegada dos novos produtos / A chegada dos novos produtos foi aguardada ansiosamente por todos.
- b) Um cerimonialista justificou a ausência de alguns representantes / A ausência de alguns representantes foi justificada pelo cerimonialista.
- c) Obras diurnas incomodariam os moradores / Os moradores eram incomodados por obras diurnas.
- d) O Ministério da Educação criará um novo projeto didático-pedagógico / Um novo projeto didático-pedagógico será criado pelo Ministério da Educação.
- e) As fábricas de tecido descartavam materiais tóxicos no meio ambiente / Os materiais tóxicos eram descartados pelas fábricas no meio ambiente.

05. A variação de grau no português nem sempre está relacionada à dimensão (grande ou pequeno). Algumas palavras que sofrem variação passam a designar novos seres ou expressar um valor, que pode ser positivo ou negativo. Assinale a alternativa em que o aumentativo indica uma valoração positiva.

- a) salão
 - b) dinheirão
 - c) narigão
 - d) carrão
 - e) orelhão
-

06. A frase abaixo que NÃO se estrutura com base numa oposição é:

- a) A verdadeira paz não é a ausência de caos.
- b) A arte existe porque a vida não basta.
- c) Na escuridão nos falta critério; a luz é o instrumento das melhores escolhas.
- d) Do que ouço, retenho o que é bom; do que leio, absorvo as intenções.
- e) O prestigiado é aplaudido, e o ignóbil nem é visto.

07. Assinale a opção cujo par não é formado por substantivo e adjetivo.

- a) sistema inoperante
- b) grande romancista
- c) mal conceituado
- d) memória indelével
- e) longínqua cidade

08. Assinale a alternativa em que a concordância está correta de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Os internautas haviam sido informados sobre a instabilidade de sinal.
- b) Chegou na última temporada os personagem que se tornariam os preferidos da audiência.
- c) Devem haver muitos motivos para a sua ausência.
- d) Tratam-se de assuntos de extrema importância.
- e) Observou-se os dados com muita atenção.

09. Assinale a opção que indica a frase que não expressa qualquer espécie de distanciamento do enunciador em face do assunto tratado.

- a) Estatísticas mostram que haverá um crescimento econômico nacional.
- b) Haverá um crescimento econômico, afirmam especialistas.
- c) De acordo com publicações especializadas, a economia tende a crescer até 2025.
- d) Penso que haverá crescimento econômico nos próximos anos.
- e) Algumas pessoas falam em crescimento econômico nos próximos anos.

10. Assinale a alternativa em que a palavra destacada apresenta o mesmo tempo verbal da palavra em destaque no trecho "Antes da assinatura, o presidente já tinha confirmado a ida ao evento".

- a) Se a mudança fosse drástica, a gerência já **teria comunicado**.
- b) O índice **mostrava** superfaturamento dos produtos comprados.
- c) O modelo era o melhor que já **fabricara**.
- d) Os acordos fechados **consolidaram** as promessas feitas.
- e) O novo programa **inaugurará** uma nova era na política.

11. Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi grafada incorretamente.

- a) Não sabiam dizer **por que** o candidato havia desistido.
- b) **Porque** teremos que comparecer com certa antecedência?
- c) Todos desejavam entender o **por quê** de todo suspense.
- d) Houve tanto atraso **por que**?
- e) Os convidados entraram **por que** estava chovendo.

12. Há correto emprego do acento grave indicativo de crase em:

- a) Os participantes reclamavam dos deslocamentos à pé.
- b) Os professores foram à inúmeras reuniões durante a greve.
- c) Em relação à empréstimo, nunca houve consentimento.
- d) À filha deu incentivos necessários para seu crescimento.
- e) Os documentos foram entregues à qualquer pessoa.

13. Assinale a opção em que a reescritura da frase inicial está correta.

- a) Colocaram a candidata em local inapropriado. / Colocaram-a em local inapropriado.
- b) Chegaram os novos uniformes. / Chegaram-nos.
- c) Eles nunca devolvem as ferramentas / Eles nunca devolvem-nas.
- d) Sempre assistiu pessoas mais velhas. / Sempre as assistiu.
- e) Sua postura visava ao sucesso. / Sua postura visava-o

14. A opção em que a nominalização do segmento sublinhado está INCORRETA é:

- a) Copiar as ações de outros nem sempre é o melhor caminho / A cópia das ações
- b) estabelecendo novas diretrizes para o novo governo / o estabelecimento de novas diretrizes
- c) Investigar os agentes públicos é fundamental / a investigação dos agentes públicos
- d) Era necessário propor um outro cenário / a proporção de um outro cenário
- e) Aprendizado é aquilo que fica depois de ter esquecido as demais coisas. / depois do esquecimento das demais coisas.

15. O trecho abaixo que poderia ser enquadrado como argumentativo é:

- a) Houve um aumento da evasão escolar no pós-pandemia.
- b) Como afirmam especialistas, a natureza não se sustentará se continuarmos nesse ritmo.
- c) O consumismo chegou ao seu ápice nos últimos anos.
- d) João, após chegar do trabalho, arrumou a mesa e jantou em família.
- e) Não deixe para amanhã o que você pode deixar para lá.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 16, 17 E 18

Depois de um ano de festa para muitos burocratas do governo que voaram em missões oficiais e até foram fotografados em momentos de lazer nesses compromissos, a CGU decidiu recentemente estipular regra para colocar alguma ordem na bagunça, controlando o destino do orçamento público.

Além de obrigar os agentes públicos a divulgarem suas agendas de trabalho pelo sistema e-Agendas, o órgão determinou que as audiências com representantes de empresas privadas sejam divulgadas e, em caso de recebimento de presentes, que o agrado também seja detalhado na plataforma.

As viagens realizadas no exercício da função pública também precisarão constar no sistema. "O e-Agendas será disponibilizado, gerenciado e mantido pela Controladoria-Geral da União. Os registros deverão permanecer disponíveis para visualização e consulta, em transparência ativa e em formato aberto, pelo período mínimo de cinco anos", diz a CGU.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna>.
Adaptado.

16. O objetivo principal do texto é:

- a) descrever o funcionamento do sistema e-Agendas.
- b) denunciar o mau uso do dinheiro público.
- c) narrar o comportamento antiético de agentes públicos.
- d) estabelecer a função da CGU no que tange à atividade de controladoria.
- e) noticiar medidas de controle dos gastos públicos.

17. Assinale o trecho em que ocorre subjetividade.

- a) "o órgão determinou que as audiências com representantes de empresas privadas sejam divulgadas"
- b) "a CGU decidiu recentemente estipular regra para colocar alguma ordem na bagunça"
- c) "Os registros deverão permanecer disponíveis para visualização e consulta"
- d) "As viagens realizadas no exercício da função pública também precisarão constar no sistema"
- e) "foram fotografados em momentos de lazer nesses compromissos"

18. A frase abaixo em que a preposição DE tem uso obrigatório é:

- a) A corrida **das** estrelas será exibida via internet.
- b) As construções **de** Niemeyer são mundialmente famosas.
- c) A construção **das** casas levou quase dois anos.
- d) A camada **de** plástico cedeu.
- e) As ferramentas **do** João estavam à venda.

19. Assinale a opção que indica a frase em que a preposição com tem o significado de acordo.

- a) Ele passava longas horas de solidão com suas próprias ideias.
- b) Os responsáveis dos alunos estarão com a nossa filosofia.
- c) Com o término do ano letivo, as ruas ficam mais vazias.
- d) Os mais experientes preferem agir com cautela.
- e) O evento foi cancelado com a chegada da chuva.

20. Há raciocínio indutivo em:

- a) Muitos alunos terminam a prova antes do tempo; João deverá terminar no tempo correto.
- b) O desmatamento local piorou nos últimos anos; a vida na Europa não tem sido tão fácil como um dia dizem ter sido.
- c) Uma escola privada da região foi invadida durante o horário de aula. As escolas precisam reforçar a segurança dos alunos e controlar o acesso a suas dependências.
- d) Devido ao acúmulo de chuvas no final do mês previsto para a região, João reforçou a estrutura de sua casa.
- e) Investimento estrangeiro na economia nacional pode ser uma boa saída.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Tiago Zanolla

21. Em uma reunião de servidores, Joana, que estava enfrentando problemas de saúde, questionou sobre a possibilidade de mudar de cargo para um que fosse mais adequado à sua condição física. Pedro, um servidor mais experiente, explicou sobre o conceito de readaptação. Com base nessa informação, assinale a alternativa correta:

- a) Readaptação é a passagem do funcionário para um cargo com maior remuneração.
- b) A readaptação pode resultar em aumento ou diminuição do vencimento do funcionário.
- c) A readaptação é a passagem do funcionário para um cargo mais compatível com sua capacidade física ou mental, quando a aposentadoria não é justificada.
- d) A readaptação só pode ser feita a pedido do funcionário.
- e) A readaptação sempre resulta na transformação do cargo titularizado pelo readaptado.

22. Rafael era um servidor público dedicado e comprometido com suas funções. Havia ingressado no serviço público há quase uma década e sempre se orgulhou de sua trajetória. No entanto, como todo ser humano, Rafael não estava isento de cometer erros.

Em uma tarde de sexta-feira, enquanto revisava alguns documentos, Rafael se deparou com um processo administrativo em seu nome. Seu coração acelerou ao ler as acusações. Conforme continuava a leitura, Rafael percebeu que a principal penalidade que poderia enfrentar era a suspensão de suas atividades por um período determinado.

Com base nessa informação, assinale a alternativa correta:

- a) A pena de suspensão poderá exceder de 60 (sessenta) dias.
- b) Durante a suspensão, o funcionário mantém todos os direitos e vantagens.
- c) A pena de multa será aplicada em lugar da suspensão, apenas quando a conversão for considerada prejudicial ao Serviço Público.
- d) A multa a aplicar será de 25% do vencimento-dia do funcionário, por cada dia estabelecido na suspensão convertida.
- e) Convertida a suspensão em multa, o funcionário será obrigado a comparecer ao serviço.

23. Maria, uma servidora do judiciário, estava em um seminário sobre direitos dos servidores públicos. Durante um intervalo, ela se reuniu com alguns colegas e começou a discutir sobre um caso recente de um servidor que estava enfrentando um processo administrativo disciplinar. Havia muitas dúvidas sobre o processo de revisão e Maria, sempre curiosa, decidiu propor algumas questões para testar o conhecimento de todos.

Segundo o Regime Jurídico dos Servidores, em qual das seguintes situações um processo administrativo disciplinar NÃO pode ser objeto de revisão?

- a) Quando a decisão for contrária a um rumor.
- b) Quando a decisão se basear em documentos comprovadamente falsos.
- c) Quando novas provas de inocência do funcionário forem descobertas após a decisão condenatória.
- d) Quando a decisão for contrária à evidência dos autos.
- e) Quando a decisão for contrária a texto expresso de lei.

24. Esperança Nova era uma cidade em crescimento e seus habitantes estavam ansiosos para ter sua própria comarca. Durante anos, eles tiveram que viajar para cidades vizinhas para resolver questões judiciais. O prefeito, Sr. Joaquim, após estudar o Código de Organização Judiciária, decidiu fazer uma reunião com a comunidade para avaliar se a cidade atendia aos requisitos. Durante a reunião, ele propôs algumas questões para avaliar o conhecimento da comunidade sobre o assunto.

De acordo com o Código de Organização, qual é a extensão territorial mínima e o número de eleitores necessários para a criação de uma nova comarca?

- a) Cem quilômetros quadrados e quinze mil eleitores.
- b) Oitenta quilômetros quadrados e quatorze mil eleitores.
- c) Noventa quilômetros quadrados e quatorze mil e quinhentos eleitores.
- d) Setenta quilômetros quadrados e quinze mil e quinhentos eleitores.
- e) Cento e dez quilômetros quadrados e dez mil eleitores.

25. Segundo o Código de Organização, quem substituirá o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos?

- a) O Presidente do Tribunal.
- b) O Desembargador mais novo.
- c) O Secretário do Tribunal.
- d) O Desembargador mais antigo.
- e) O Procurador do Tribunal.

26. Em Justopolis, dois irmãos, Rafael e Marina, ambos servidores da Justiça, estavam empolgados por terem sido nomeados para trabalhar na mesma Comarca. No entanto, uma colega, Desembargadora Clara, ao revisar a legislação, percebeu que poderia haver um impedimento para que ambos trabalhassem juntos.

Segundo o Código de Organização, em caso de impedimento entre servidores da Justiça, quem será afastado se ambos foram nomeados na mesma data?

- a) O mais velho no serviço judiciário.
- b) O que tiver menos experiência.
- c) O mais novo no serviço judiciário.
- d) Aquele que mora mais longe.
- e) Aquele que tiver menos qualificações.

27. Dona Lúcia, servidora pública há mais de 30 anos, estava prestes a se aposentar. Durante sua carreira, ela acumulou vários meses de licença-prêmio, mas nunca teve a oportunidade de usufruí-los. Ao conversar com seu colega, Sr. Roberto, sobre seus planos pós-aposentadoria, ele mencionou a possibilidade de converter parte ou a totalidade de sua licença-prêmio em pecúnia. Curiosos sobre os detalhes, eles decidiram consultar o Código de Organização Judiciária.

Em caso de aposentadoria voluntária ou compulsória, quantos meses de licença-prêmio podem ser convertidos em pecúnia?

- a) Até 6 meses.
- b) Até 1 ano.
- c) Até 1/2 da totalidade.
- d) A totalidade.
- e) Nenhum mês.

28. No Tribunal de Justiça, o biênio da administração estava chegando ao fim. Com isso, a nomeação do novo Ouvidor-Geral estava em pauta. O atual Presidente do Tribunal, Dr. Henrique, tinha em mente um candidato ideal para o cargo. Enquanto isso, a jovem estagiária Clara, que sonhava em se tornar juíza, estava curiosa sobre o processo de nomeação do Ouvidor-Geral. Ela decidiu se aprofundar no Regimento Interno do Tribunal e encontrou informações relevantes sobre o assunto. Segundo o normativo, quem é responsável por indicar o Ouvidor-Geral do Tribunal de Justiça?

- a) O Tribunal Pleno.
- b) O Conselho Superior da Magistratura.
- c) O Presidente do Tribunal.
- d) O Corregedor-Geral.
- e) O Governador do Estado.

29. No Tribunal de Justiça do Estado, um debate intenso tomava conta dos corredores. Aproximava-se a data da eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça, e os desembargadores estavam ansiosos para definir seus votos. Durante um almoço, a advogada Mariana, que estava representando um cliente em um caso no Tribunal, ouviu os desembargadores discutindo sobre as regras eleitorais. Curiosa, ela decidiu se informar sobre o regulamento do Tribunal. Ao retornar ao escritório, seu colega, Dr. Henrique, sabendo de seu interesse, propôs uma questão para avaliar sua compreensão.

Segundo o Regimento Interno do Tribunal, qual das alternativas a seguir está CORRETA em relação à eleição e mandato dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça?

- a) Os eleitos têm um mandato de três anos, iniciando no primeiro dia útil de março.
- b) A eleição ocorre na última sessão ordinária de outubro e o mandato começa no primeiro dia útil de janeiro.
- c) A reeleição para os mesmos cargos é permitida, desde que haja um intervalo de um mandato entre as eleições.
- d) A eleição ocorre na primeira sessão ordinária ou extraordinária de novembro e o mandato inicia no primeiro dia útil de fevereiro.
- e) O mandato tem duração de um ano e a eleição ocorre em sessão especial em dezembro.

30. No Tribunal de Justiça, a implementação das sessões virtuais foi uma novidade que gerou muitas discussões entre os magistrados. A medida, adotada para modernizar os processos e tornar os julgamentos mais ágeis, ainda era vista com certa resistência por alguns desembargadores mais tradicionais. Em um seminário sobre inovações no Poder Judiciário, o Dr. Rodrigo, um renomado jurista, foi convidado para falar sobre as sessões virtuais. Ao final de sua palestra, ele propôs uma questão para avaliar o entendimento dos presentes sobre o tema.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, em relação às sessões virtuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As sessões virtuais têm início às 00h das segundas-feiras e duração máxima de 7 dias corridos.
- b) O prazo entre a data da publicação da pauta e o início do julgamento é de 7 dias úteis.
- c) As sessões virtuais são realizadas mensalmente, com duração máxima de 10 dias úteis.
- d) As sessões virtuais começam às 00h das sextas-feiras, com um intervalo de 5 dias úteis após a publicação da pauta, e duram 5 dias úteis.
- e) O encerramento das sessões virtuais ocorre às 00h do último dia.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Emerson Bruno*

31. Astanagildo deseja combater uma lesão a direito líquido e certo em razão de uma não nomeação em um concurso público, no qual estava devidamente classificado dentro das vagas do edital. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, Astanagildo deverá impetrar

- a) ação popular.
- b) mandado de segurança.
- c) habeas corpus.
- d) mandado de injunção.
- e) habeas data.

32. Roberval, juiz de direito, foi removido compulsoriamente da comarca de Itaporanga para a comarca de Tobias Barreto. De acordo com a Constituição da República, a remoção compulsória do magistrado por interesse público demanda aprovação:

- a) por dois terços do Tribunal competente.
- b) por maioria absoluta do Supremo Tribunal Federal.
- c) por maioria absoluta do Conselho Nacional do Ministério Público.
- d) por maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
- e) por maioria de dois terços do Conselho Nacional de Justiça.

33. O quinto constitucional é uma forma de ingresso na magistratura para advogados e membros do Ministério Público. De acordo com a CF 88, o quinto constitucional não estará presente:

- a) nos Tribunais de Justiça.
- b) nos Tribunal de Justiça Militar, onde houver.
- c) nos Tribunais Regionais Federais.
- d) no Tribunal Superior do Trabalho.
- e) nos Tribunais Regionais Eleitorais.

34. Processar e julgar originariamente um Juiz de Direito da Comarca de Sergipe nos crimes comuns e de responsabilidade é uma competência.

- a) do STF.
- b) do STJ.
- c) do Tribunal de Justiça.
- d) do Tribunal Regional Federal.
- e) da Assembleia Legislativa.

35. A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por Tribunal de Justiça Militar nos Estados:

- a) em que o efetivo militar seja superior a trinta mil integrantes.
- b) em que o efetivo militar seja superior a cem mil integrantes.
- c) em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.
- d) em que o efetivo militar seja superior a dez mil integrantes.
- e) em que o efetivo militar seja superior a quinze mil integrantes.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Thállius Moraes*

36. Acerca da matéria de organização administrativa brasileira, a descentralização administrativa

- a) consiste na distribuição de competências e responsabilidades dentro de uma mesma pessoa jurídica, caso em que inexistente hierarquia ou subordinação.
- b) é pautada por uma relação de subordinação.
- c) pode ocorrer por meio da transferência de competências para pessoas da Administração indireta, situação sujeita ao princípio da reserva legal.
- d) sempre será realizada mediante lei ou contrato administrativo.
- e) por delegação transfere a execução e titularidade de um determinado serviço público.

37. Levando em consideração as regras constitucionais aplicáveis à acumulação remunerada de cargos públicos, considere os seguintes itens.

- I – É admitida como regra geral, desde que exista compatibilidade de horários.
- II - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, abrangendo, também, as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- III – Em caso de acumulação lícita, o teto remuneratório será calculado sobre cada cargo isoladamente.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

38. Acerca da invalidação de um ato administrativo vinculado, praticado por um agente público de um órgão do Poder Executivo, é correto afirmar que, em regra, o ato pode ser

- a) revogado, por questão de conveniência e oportunidade, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo Poder Executivo.
- b) invalidado e revogado por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.
- c) revogado e anulado por questão de mérito e legalidade, respectivamente, pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.
- d) invalidado e revogado, por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, somente pelo próprio Poder Executivo.
- e) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e ou mesmo pelo Poder Judiciário.

39. Acerca dos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) Os poderes administrativos são exercidos exclusivamente pelo Poder Executivo, que é o responsável pela prestação dos serviços públicos.
- b) A atribuição de rever atos praticados por subordinados e de fiscalizar a sua atuação são decorrências do poder disciplinar.
- c) O poder de polícia é utilizado na aplicação de penalidades a particulares que não possuam um vínculo jurídico específico com o Estado, em razão de sua natureza eminentemente repressiva.
- d) Decorre do poder hierárquico a edição de atos normativos cujo objetivo é ordenar a atuação de órgãos subordinados.
- e) O poder regulamentar permite que a administração pública regulamente assuntos não abordados pela legislação.

40. A respeito da responsabilidade civil do Estado, analise os seguintes itens como verdadeiro (V) ou falso (F), assinalando a sequência correta.

- () O Estado é civilmente responsável por danos causados pelo usurpador de função.
- () De acordo com a teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil do Estado é objetiva em relação a morte de detento sob sua custódia, ante ao fato de se tratar de inobservância do seu dever constitucional específico de proteção.
- () Para que resulte em responsabilidade civil do Estado, é necessário que o ato seja ilícito, praticado por um agente público e que gere prejuízo a terceiro.
- () O Estado não será responsabilizado civilmente pelos danos causados a terceiro em virtude de uma lei que for eventualmente declarada inconstitucional.
- a) V - V - V - V.
- b) V - F - F - V.
- c) F - V - V - F.
- d) F - V - F - F.
- e) V - F - V - F

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Elisabete Moreira

41. Uma determinada área de controle interno de um órgão público estava esvaziada e os servidores que estavam lotados na área estavam desmotivados e pouco engajados. O gerente da área financeira foi realocado para atuar naquela área de controle, pois sua performance no trato com os servidores da área financeira gerou bons resultados. Nesse caso, a função administrativa precípua a ser desempenhada pelo gerente para a área de controle deveria ser:

- a) Dividir os recursos e as tarefas, bem como autoridade entre os membros.
- b) Definir os objetivos e as estratégias para alcançar os resultados desejados.
- c) Monitorar os resultados alcançados pelos servidores.
- d) Direcionar as pessoas para o desenvolvimento de suas atividades.
- e) Determinar o trabalho a ser realizado e acompanhar seus resultados.

42. Sobre motivação, considere as seguintes afirmativas:

- I. A teoria da expectativa, criada por Vroom, defende que as pessoas são motivadas por realização, poder e afiliação.
- II. McClelland afirma que as pessoas são motivadas por necessidades adquiridas quando acreditam que podem realizar uma tarefa e que as recompensas dela advindas valem o esforço.
- III. Objetivos atingíveis, difíceis e aceitos motivam os funcionários a terem um comportamento dirigido ao alcance do objetivo almejado.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) I
- c) II
- d) III
- e) I e III

43. Quando se trata de gestão por projeto, uma ferramenta muito utilizada é a rede PERT/CPM, que indica o tempo de um projeto e o caminho crítico. Este último representa:

- a) o caminho composto por uma atividade que impede que existam duas ou mais atividades com início e fim nos mesmos eventos.
- b) o caminho composto por atividades de menor tempo e de maior criticidade de um projeto.
- c) o caminho composto por atividades de maior tempo e que determinam a menor duração do projeto.
- d) o caminho composto por atividades de menor tempo e que determinam o maior tempo de duração de um projeto.
- e) o caminho composto por atividades de maior tempo e de maior duração de um projeto.

44. Entre os diferentes tipos de decisões tomadas no âmbito de uma organização, existem aquelas classificadas pela literatura como “não programadas”, aplicáveis a situações

- a) vivenciadas no dia a dia da organização, mas que demandam, para sua solução, a adoção de um processo intuitivo.
- b) não rotineiras, cuja resolução não é viável com a mera utilização do acervo de soluções disponíveis na organização.
- c) que não comportam uma solução individual, demandando um processo coletivo de construção de consenso.
- d) de grande impacto, porém que comportam solução com base em procedimentos sistematizados e já utilizados no âmbito da organização.
- e) exógenas à organização e que demandam, para sua solução, da intervenção de um agente externo.

45. A departamentalização é um método de subdivisão do trabalho e dos trabalhadores em unidades organizacionais distintas. Uma desvantagem da departamentalização funcional está relacionada

- a) à concentração de trabalhadores com habilidades específicas em apenas um foco de atividade.
- b) à elevação dos custos administrativos, uma vez que cada unidade tem sua própria equipe especializada em determinada atividade.
- c) ao direcionamento da organização para as necessidades do público-alvo, e não para as funções internas.
- d) a dificuldades na execução de tarefas complexas e de grande amplitude.
- e) a dificuldades de comunicação interdepartamental.

46. Um vereador responsável por um projeto de criação de uma escola relatou que a maior parte das suas atividades se refere a divulgar para a sociedade o que ocorre dentro do projeto, como, por exemplo, o andamento das obras. O vereador desempenha, essencialmente, um papel de

- a) informação, como monitor;
- b) informação, como porta-voz;
- c) informação, como disseminador;
- d) decisão, como controlador de distúrbios;
- e) decisão, como negociador.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL*Renan Araújo*

47. Situação hipotética: Allan e Hugo sequestraram Bruna, como vingança pelo fato de que Bruna havia provocado a demissão de ambos no trabalho. No dia 16.05.2023 os agentes capturaram a vítima, levando-a para um cativo, onde lá permaneceu até 17.07.2023, quando foi libertada. No dia 10.06.2023, porém, quando Bruna ainda estava em cativo, entrou em vigor nova lei penal modificando a pena cominada ao delito de sequestro ou cárcere privado.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Allan e Hugo, pelo princípio da reserva legal.
- b) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Allan e Hugo, desde que a alteração seja benéfica aos agentes.
- c) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Allan e Hugo, pois é posterior ao fato.
- d) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Allan e Hugo, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, por se tratar de crime continuado.
- e) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Allan e Hugo, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, por se tratar de crime permanente.

48. Francisco, um senhor de pouca instrução, ao caminhar tranquilamente pela rua, encontrou uma carteira com R\$ 2.000,00 em seu interior. Francisco, inicialmente, buscou saber se a carteira possuía alguma indicação do dono. Como na carteira não havia documentos ou outros elementos capazes de identificar seu proprietário, Francisco dela se apropriou, acreditando que sua conduta não era ilícita.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) crime de apropriação de coisa achada, não podendo ser cogitada a hipótese de isenção de pena
- b) erro de tipo, que excluirá o dolo e a culpa
- c) erro de tipo, que excluirá o dolo, mas permitirá a punição a título culposos
- d) erro de proibição, que irá gerar redução de pena, se escusável
- e) erro de proibição, que afastará a culpabilidade, se invencível

49. Desejando matar Helena, Frederico desfere três tiros contra a vítima. Acreditando que Helena já estaria morta, Frederico tenta esconder o corpo, dirigindo-se a uma ponte da cidade. Lá, joga o corpo de Helena no rio. Uma semana depois, porém, o corpo de Helena é encontrado e a perícia aponta que a vítima morreu por afogamento, eis que ainda se encontrava viva quando foi jogada da ponte pelo criminoso.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Frederico responder por dois crimes: homicídio doloso tentado e homicídio culposo.
- b) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Frederico responder por homicídio doloso consumado.
- c) dolo eventual, devendo Frederico responder por homicídio doloso consumado.
- d) dolo direto de segundo grau, devendo Frederico responder por dois crimes: homicídio doloso tentado e homicídio culposo.
- e) dolo de consequências necessárias, devendo Frederico responder por homicídio doloso consumado.

50. Victor, funcionário público do município de Aracaju-SE, apropriou-se de valores dos quais tinha a posse em razão de sua função pública. Duas semanas depois, arrependido de seu ato, o agente procurou a administração pública e devolveu parcialmente os valores, antes mesmo que tivesse sido instaurada investigação criminal para apurar o fato.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Victor não terá direito a redução de pena, pois a reparação do dano foi meramente parcial.
- b) em razão da desistência voluntária, Victor terá sua pena reduzida de um terço a dois terços.
- c) em razão do arrependimento eficaz, haverá causa de extinção da punibilidade em favor de Victor.
- d) em razão do arrependimento eficaz, Victor fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.
- e) em razão do arrependimento posterior, Victor fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.

51. Gilberto se dirigiu a um órgão público com vistas a solicitar determinado serviço público. Lá chegando, teve que preencher diversos formulários. Após preencher vários documentos, Gilberto, já cansado, insere num dos formulários, por equívoco, uma informação inverídica quanto a seu endereço.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) crime de falsificação de documento público
- b) crime de falsificação de documento particular
- c) crime de falsidade ideológica
- d) crime de falsa identidade
- e) fato atípico

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lilian Novakoski

52. Com relação ao Estatuto da Criança e Adolescente, marque a alternativa INCORRETA.

- a) São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos.
- b) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- c) Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas protetivas previstas em lei.
- d) O conselho tutelar é o órgão não jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes.
- e) É adolescente aquele que possui 12 anos até completar 18 anos.

53. Luciana tem 10 anos de idade e vive com sua mãe, Fátima, na cidade de Fortaleza. O pai de Luciana, Geraldo, vivem em Belo Horizonte. Todos os anos, desde que seus pais se divorciaram Luciana passa férias com o pai na cidade de Belo Horizonte. Em janeiro de 2021, por causa do trabalho, Fátima não poderia levar a filha até o pai e, seu primo, Carlos, de 23 anos, se ofereceu para levar Luciana até o pai em Belo Horizonte. Conforme situação hipotética, de acordo com o ECA:

- a) Luciana poderá viajar de Fortaleza até Belo Horizonte, sem autorização judicial, na companhia de Carlos.
- b) Em nenhuma hipótese Luciana poderá viajar sem autorização judicial.
- c) Luciana só poderá viajar, sem autorização judicial, na companhia dos pais.
- d) Luciana somente poderá viajar sozinha, sem autorização judicial, quando completar 16 anos de idade.
- e) Luciana poderá viajar somente com seu guardião legal.

54. Pablo, adolescente de 16 anos, subtraiu para si um aparelho de telefone celular e dinheiro em espécie de uma idosa, Joana, em via pública, no Centro de Belo Horizonte. Pablo realizou o ato mediante grave ameaça pelo emprego de arma de fogo e violência consistente em uma coronhada na cabeça da vítima. O menor foi levado à delegacia, pouco após o ato, e foram adotadas as medidas de praxe, inclusive sendo juntado documento informando que o adolescente já cometera outros três atos ilícitos nas mesmas circunstâncias. Ao receber o procedimento e cumpridas as formalidades legais, o Promotor de Justiça da Infância e Juventude deverá:

- a) oferecer denúncia em face de Pablo e requerer sua prisão preventiva.
- b) oferecer denúncia em face de Pablo e requerer o relaxamento de sua prisão em flagrante.
- c) oferecer representação pela prática de ato infracional em face de Pablo e requerer sua prisão preventiva.
- d) oferecer representação pela prática de ato infracional em face de Pablo e requerer sua internação provisória.
- e) Somente aplica-se a Pablo medidas de proteção.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

55. Andrew, 19 anos, tem nacionalidade norte-americana. Há alguns meses, estabeleceu domicílio no Brasil. Semana passada, recebeu e aceitou uma proposta de contrato emitida por Sophia, domiciliada na Itália. Na ocasião em que a proposta foi feita, Sophia se encontrava no Japão.

Com relação à situação hipotética descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A capacidade civil de Andrew obedece ao direito norte-americano.
- b) Caso Andrew venha a falecer, sua sucessão hereditária obedecerá à lei do local do óbito.
- c) Caso Andrew venha a se casar no Brasil, os impedimentos matrimoniais obedecerão a lei do primeiro domicílio conjugal.
- d) O contrato firmado entre Andrew e Sophia obedece à lei italiana.
- e) O contrato firmado entre Andrew e Sophia obedece à lei japonesa.

56. Maria submeteu-se a um procedimento de fecundação artificial. Dos embriões formados, dois foram selecionados para implante uterino, ficando os demais congelados em um laboratório de criopreservação. Nove meses depois, nasceu um casal de irmãos gêmeos, sendo que um deles veio a morrer poucas horas após o parto em razão de complicações médicas.

Sobre o caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Os embriões congelados gozam da proteção legal do nascituro.
- b) A personalidade do casal de irmãos gêmeos iniciou-se a partir da concepção.
- c) De acordo com a teoria adotada pelo Código Civil brasileiro, o irmão gêmeo que morreu após o parto não adquiriu personalidade.
- d) Durante a gravidez, é possível o ajuizamento de ação por danos morais pelos embriões que Maria carrega no ventre.
- e) Para efeito de proteção jurídica, não há distinção entre os embriões congelados e aqueles que foram implantados no útero de Maria.

57. João, já idoso, assinou um termo de doação *post mortem* de órgãos autorizando sua retirada para fins de transplante. Exceptuou, no entanto, o seu cérebro, que ele pretende ser sepultado no túmulo da família. Arrependido, João decide revogar o termo de doação, vindo a substituí-lo por um outro termo pelo qual seus órgãos seriam vendidos a uma instituição de pesquisa.

Acerca da situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) O Código Civil brasileiro não contempla a doação *post mortem* de órgãos, sendo a matéria regida por lei especial.
- b) João não pode revogar a doação que fez, pois doação de órgãos considera-se irrevogável.
- c) João não pode exceptuar o cérebro da doação, pois doação de órgãos deve ser total.
- d) João pode vender seus órgãos à instituição de pesquisa, contanto que o valor auferido seja revertido em favor dos seus herdeiros.
- e) João não pode, em nenhuma hipótese, vender seus órgãos à instituição de pesquisa.

58. Maria, 17 anos, mora na casa do namorado. Julio é servidor público. Roberto é militar da Aeronáutica. Tadeu é marítimo. Carlos foi preso em flagrante delito.

Com relação ao domicílio das pessoas mencionadas, assinale a alternativa correta.

- a) O domicílio de Maria é a casa dos seus pais.
- b) O domicílio de Julio é onde ele reside com ânimo definitivo.
- c) O domicílio de Roberto é onde ele servir.
- d) O domicílio de Tadeu é o local onde o navio estiver ancorado.
- e) O domicílio de Carlos é a unidade penitenciária onde estiver preso.

59. João emprestou R\$ 10.000,00 a Amanda, por contrato firmado através de instrumento particular. Três anos após o vencimento da dívida, João e Amanda resolvem se casar. O casamento dura 20 anos, findos os quais João e Amanda se divorciam. No ano seguinte ao divórcio, Amanda vem a falecer, deixando um herdeiro.

Com relação à situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo prescricional da pretensão de João contra Amanda é de 3 anos.
- b) O prazo prescricional da pretensão de João contra Amanda é de 5 anos.
- c) O casamento de João e Amanda opera como causa interruptiva da prescrição.
- d) Após o divórcio, João disporá de 5 anos para ajuizar ação contra Amanda .
- e) O prazo prescricional que estava em curso contra Amanda interrompe-se com sua morte.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSO CIVIL*Ricardo Torques*

60. Na comarca de Indiaroba-SE tramita ação de obrigação de fazer ajuizada pelo Condomínio X em face da Construtora Y. A Dra. Jéssica é a única advogada da requerida e adotou Bernardo, de 2 anos. No que tange à suspensão do processo, é correto afirmar que:

- a) Não há previsão expressa de suspensão do processo em virtude da adoção.
- b) Para que haja a suspensão do processo, basta que a advogada apresente o termo judicial de adoção.
- c) Preenchidos os requisitos legais, a suspensão ocorrerá pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados do deferimento do juízo.
- d) Para que haja a suspensão do processo, não é necessário que a advogada notifique o seu cliente.
- e) Preenchidos os requisitos legais, a suspensão será de 30 (trinta) dias contados da concessão da adoção.

61. Sérgio ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de tutela de urgência em face de seu vizinho, Alexandre, na comarca de Frei Paulo-SE, pleiteando a imediata correção de uma obra que estaria trazendo infiltrações ao seu apartamento. Ao receber a inicial, o juízo designou audiência de justificação prévia. Após a audiência, reputou presente os requisitos legais, e deferiu a tutela de urgência de natureza antecipada, condicionada o seu cumprimento ao depósito de caução por parte de Sérgio. A respeito da temática da tutela de urgência, assinale a alternativa correta.

- a) Agiu incorretamente o juízo, tendo em vista a inexistência de previsão legal de justificação prévia.
- b) Poderia a caução ser dispensada se Sérgio fosse considerado economicamente hipossuficiente e não pudesse oferecê-la.
- c) Caso a tutela de urgência não seja confirmada na sentença e o processo seja julgado improcedente, Alexandre somente poderá obter o ressarcimento dos danos que lhe forem causados por meio de ação autônoma.
- d) Caso pretenda reverter a decisão, o recurso cabível a ser manejado por Alexandre será a apelação.
- e) Ainda que houvesse perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, não haveria óbice ao deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada.

62. Cláudia (30 anos), residente em Itaporanga d'Ajuda-SE, ajuizou ação fundada em direito pessoal em desfavor de Lara (22 anos), residente em Riachão dos Dantas-SE e de Conceição (43 anos), residente em Boquim-SE. Sobre a competência territorial no presente caso, assinale a alternativa correta:

- a) O foro competente será o de Itaporanga d'Ajuda-SE, por ser o domicílio da parte autora.
- b) A ação poderá ser proposta em qualquer uma das comarcas dos domicílios citados, seja da autora, seja das rés.
- c) Por haver mais de uma ré com diferentes domicílios, a ação poderia ser proposta tanto na comarca de Riachão dos Dantas-SE, quanto de Boquim-SE, à escolha da autora. .
- d) Para arguir eventual incompetência, as rés devem fazê-lo por meio de incidente próprio, apartado dos autos principais.
- e) A competência territorial é de natureza absoluta.

63. Sobre a capacidade processual, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando o inventariante for dativo, os sucessores do falecido serão intimados no processo no qual o espólio seja parte
- b) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica não poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
- c) Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.
- d) O gerente de filial ou agência presume-se autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo.
- e) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

64. Em ação ajuizada por Anselmo em face de Carlos, o juízo da comarca de Barra dos Coqueiros-SE condenou o réu ao pagamento em favor do autor da quantia de R\$ 5.000,00 a título de danos morais. O réu encontrava-se assistido pela Defensoria Pública Estadual, que apresentou contestação e acompanhou todos os termos do processo. Transitada em julgada a sentença, Anselmo apresentou petição de cumprimento de sentença, obedecidos os requisitos legais. Ao receber o cumprimento de sentença, a intimação do devedor para cumprir a obrigação deverá ocorrer:

- a) Por edital.
- b) Por carta com aviso de recebimento.
- c) Pelo diário de Justiça, na pessoa do Defensor Público.
- d) Pessoalmente à defensoria pública, por carga, remessa ou meio eletrônico.
- e) Por hora certa.

65. Sobre os recursos em geral, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil de 2015:

- a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) Para desistir do recurso, a parte depende da anuência do recorrido.
- c) Dos despachos cabe agravo de instrumento.
- d) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- e) A desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

66. Relativamente aos princípios processuais penais, é correto afirmar que:

- a) o princípio da vedação de provas ilícitas não é absoluto, sendo admissível que uma prova ilícita seja utilizada quando é a única disponível para condenar o acusado.
- b) o princípio do devido processo legal preceitua que ninguém será considerado culpado até a publicação da sentença condenatória.
- c) o princípio do duplo grau de jurisdição, está expressamente previsto na Constituição Federal, e assegura a todos os acusados a revisão da sentença condenatória.
- d) a Carta Magna dispõe que: "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", disposição consagrada pelo princípio do juiz natural.
- e) a defesa técnica em processo penal, por ser garantia exclusiva do acusado, pode ser por ele renunciada, desde que haja expressa manifestação de vontade homologada pelo juiz competente.

67. Em relação à fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.
- b) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.
- c) A fiança será quebrada quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- e) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.

68. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

69. Com relação ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado do investigado terá amplo acesso aos elementos de provas do inquérito policial, inclusive as diligências em curso, desde que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- b) A autoridade policial não poderá proceder a acareações, tendo em vista que só poderá ocorrer na fase judicial.
- c) O inquérito policial é imprescindível para o oferecimento da denúncia pelo órgão ministerial.
- d) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- e) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se verificar a atipicidade da conduta ou a existência de excludente de ilicitude.

70. Sobre a *emendatio libelli* e *mutatio libelli* assinale a opção correta:

- a) quando o juiz concluir que o fato narrado na inicial não corresponde àqueles provados na instrução processual não poderá em consequência disso, aplicar pena mais grave.
- b) tanto na hipótese de *emendatio libelli* quanto na *mutatio libelli*, tratando-se de infração da competência de outro juízo, a este serão encaminhados os autos.
- c) no caso da *emendatio libelli* o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.
- d) no caso de aditamento da *mutatio libelli*, cada parte poderá arrolar até 5 (cinco) testemunhas, no prazo de 3 (três) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.
- e) se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o juiz poderá sentenciar desde logo, aplicando a pena mais grave ao caso, sem ouvir as partes.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
